

1 Ata nº 20/2000 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

2 Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil, reuniu-se ordinariamente às 19
3 horas, no auditório SMS, a Plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) **Leitura e**
4 **aprovação da ata nº 19;** 2) **Plano de Aplicação da Municipalização Solidária referente**
5 **a 2000;** 3) **Proposta da SMS de PI/2001;** 4) **. Critérios para o atendimento das**
6 **demandas para a saúde no OP/2002;** 5) **Assuntos Gerais.** Conselheiros e visitantes
7 presentes (lista de presença em anexo). **1) Leitura e aprovação da ata nº 19:** Esta foi
8 lida e aprovada com 19 votos a favor e 05 abstenções. **2) Plano de Aplicação da**
9 **Municipalização Solidária (MS) referente a 2000:** Dra. Maria da Glória, Coordenadora da
10 ASSEPLA iniciou a apresentação referindo-se a lei que normatiza o Plano de Aplicação
11 da MS, nesta consta que a proposta deve ser apresentada no CMS com a presença de
12 conselheiros do OP estadual. Passou a elencar as demandas que foram hierarquizadas e
13 a sua especificação, num total de 17 itens e quantos votos cada demanda obteve (em
14 anexo). Demanda nº 62/2000 e 47/2001 do OP estadual de transformar o HPB em Pronto
15 Socorro do Extremo-Sul (2ª prioridade) foi proposto o valor de R\$ 155.803,00 da MS. Para
16 atender a demanda nº 21 e 48/2000 e 63/2001 (3ª e 7ª prioridades) adequação e
17 manutenção de serviços e ambulatórios especializados; R\$ 900.000,00 incluindo compra
18 de equipamentos e de serviços em áreas de estrangulamento. Para o atendimento da
19 demanda nº 02/2000 e 100/2001 a SMS está propondo um PSF com duas equipes, num
20 local a ser definido conforme necessidade e disponibilidade de terreno no valor R\$
21 144.197,00, para obras e compra de equipamentos. Demanda nº 79/2000 (8ª a 13ª
22 prioridades) produção de medicamentos (R\$ 2.872.000,00), para obras de implantação
23 das farmácias regionais R\$ 372.000,00 (será atendido conforme priorização da saúde na
24 região) e compra de medicamentos para suprir a rede, o valor de R\$2.500.000,00.
25 Demanda nº 56/2000 (1ª prioridade) implantar Posto de Saúde na Região Eixo-Baltazar
26 no PI/2000 do município já estão destinados R\$405.129,57 para implantar quatro PSF's e
27 uma base do SAMU. Demanda nº 32/2000 (4ª prioridade) transferência de recursos para
28 o HPS, foram destinados durante o ano R\$ 657.924,45. Demanda 25/2000 (6ª prioridade),
29 desapropriação e reativação do Hospital Lazarotto, não é possível investir, se não houver
30 garantia de recursos de outras fontes de custeio para manutenção do Hospital. Demanda
31 nº 92/2000 foram destinados no ano 2000 R\$1.085,54 para aquisição de equipamentos
32 do PSF Cidade de Deus. Demanda 75/2000 (10ª prioridade) programa de ressocialização
33 para dependentes químicos. A SMS inaugurará a Casa Harmonia que posteriormente irá
34 para o Centro Vida, onde deverá ser investido R\$ 360.000,00. Estes investimentos
35 totalizam R\$ 6.643.863,08 sendo que R\$ 4.072.000,00 é valor de transferência da MS e
36 mais R\$ 2.500.000,00 que sairão do fundo. Os Conselheiros Glória, Onofre e Srª Huguete
37 formularam perguntas referentes a apresentação, as quais foram respondidas. A proposta
38 do Plano de Aplicação da Municipalização Solidária referente ao ano 2000 foi colocada
39 em votação e aprovada por unanimidade. **3) Proposta da SMS de PI/2001.** Foi
40 apresentado um quadro com as demandas das regiões que priorizaram a saúde em 1º
41 lugar - região: Humaitá, Navegantes e Ilhas: demanda: ampliação da unidade Ilha dos
42 Marinheiros: valor: R\$ 60.000,00; Eixo Baltazar: implantação de PSF do Parque Santa Fé
43 condicionada à disponibilização de área: R\$ 90.000,00; Temática de Saúde e Assistência
44 Social: implantação de farmácias regionais: R\$ 50.000,00; total geral de investimentos R\$
45 200.000,00. Foi questionado porque houve diminuição nos investimentos, é respondido
46 que quem define é o GAPLAN a partir da priorização nas regiões. A proposta foi aprovada
47 por unanimidade. **4) Critérios para o atendimento das demandas para a saúde no**
48 **OP/2002:** os critérios técnicos para a Saúde, foram discutidos com participação do
49 Conselho Municipal de Saúde. Os critérios estabelecidos são eliminatórios e serão
50 distribuídos nas regiões para que os delegados e conselheiros possam discutir as
51 demandas de 2002 com base no que está sendo apontado. Os critérios classificatórios ou
52 de carência, para os quais a SMS já elaborou uma proposta que baseia-se no risco que a
53 população da cidade está exposta para sofrer agravos, como aspectos demográficos,
54 necessidade de serviço, área de risco e saneamento básico. Foi considerado que os

55 critérios estabelecidos significam um avanço importante na consolidação da relação do
56 Conselho Municipal, Conselhos Locais de Saúde e SMS na definição e destinação de
57 recursos para investimento em saúde. Conselheira Maria Alice perguntou quando estes
58 estarão disponíveis para as regiões. Sr^a Terezinha não concordou com o critério
59 eliminatório situação fundiária definido, porque engessa a demanda. Considerou que
60 todos os serviços deveriam ter assistência odontológica. Sr^a Denise perguntou como se
61 dará o aumento de pessoal a partir desses critérios. Conselheira Lâmia indagou se não
62 existe verbas para a manutenção, se as demandas institucionais ainda são atendidas e
63 qual será o horário de funcionamento das farmácias regionais. Conselheiro Antônio elogiou
64 os critérios apresentados. Maria da Glória respondeu que o gasto com pessoal é
65 permanente, isto aumenta o valor de custeio e diminui os investimentos. Em relação a
66 verba para manutenção não existe recurso disponível a não ser os valores aprovados no
67 CMS e COP, as demandas institucionais são apresentadas nas regiões e somente depois
68 de aprovadas vão para o plano de investimentos. O horário de funcionamento das
69 farmácias regionais será o mesmo das farmácias das unidades. A respeito dos critérios
70 classificatórios, Maria da Glória citou o conselheiro Nei como um dos colaboradores para
71 o avanço da proposta. Destacou que o objetivo destes foi pensar nas regiões que tem
72 mais carência de infra estrutura. O critério demográfico tem peso 4, o critério carência foi
73 subdividido em um médico para cada dois mil habitantes, população residente em vilas e
74 núcleos irregulares, mortalidade infantil e carência de saneamento básico. Todos esses
75 itens somam para o cálculo do critério de vulnerabilidade. Conselheiro Ricardo indagou
76 como foi estabelecido as notas e pesos e de onde saem estes quantitativos. Conselheira
77 Leda reclamou que a região leste hierarquizou a saúde como 5^a prioridade, considerou
78 que a comunidade deve ser mais esclarecida sobre a importância de investir em saúde.
79 Maria da Glória respondeu que os dados demográficos são oriundos do IBGE, os dados
80 de mortalidade do SIM/CEDIS, população residente em vilas irregulares são dados do
81 DEMHAB, o cálculo médico por habitante foi feito através das gerências distritais e
82 carência de saneamento é uma tabela do DMAE. Quanto as notas e pesos foram critérios
83 estabelecidos pela SMS. Conselheira Ana considerou que a nota em saneamento
84 atribuída à região Extremo-Sul não está de acordo com a realidade. Sr. José concordou
85 com a colocação anterior, e considerou que a região tem muito poços artesianos.
86 Conselheiro Jorge esclareceu que a região Extremo-Sul tem muita área irregular e nas
87 questões do DMAE, propôs que seja feita uma reunião entre o Departamento e a
88 comunidade. Conselheiro Onofre solidarizou-se com a região Extremo-Sul, porque a
89 Lomba do Pinheiro tem uma realidade parecida. Conselheiro Jorge perguntou como está
90 o processo de municipalização dos serviços do Murialdo. Maria da Glória respondeu que
91 o prazo para o grupo técnico apresentar o parecer foi prorrogado e quando encerrar, este
92 virá para apreciação do Conselho. Em seguida a proposta de critérios foi colocada em
93 votação e aprovada por 22 votos a favor 01 abstenção e 01 voto contrário. **5) Assuntos**
94 **Gerais:** Conselheiro Roger propôs uma moção de reconhecimento ao trabalho da Dr^a
95 Maria da Glória, pela sua competência, dedicação e respeito ao controle social. Foi
96 aprovada por unanimidade. II Conferência Estadual de Direitos Humanos dias 07 e 08/12,
97 que terá como tema “Por uma cultura de paz e não violência”: segurança pública e
98 criminalidade, proteção aos direitos humanos, instituições totais, exclusão social e
99 discriminação e meio ambiente saudável. Sr Salimen informou que em contato com a
100 comissão organizadora negociou uma vaga por CLS. Seminário “O trabalho e a pessoa
101 portadora de deficiência” se realizará dia 27/11 na ADVB/ Celeste Gobbato s/nº. Oficina
102 Discriminação nas relações de trabalho, dia 27/11 no auditório do Tribunal Regional do
103 Trabalho. Não havendo nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 21h30min.

104

105

106

107

108

Humberto José Scorza
Coordenador do CMS/POA

Jane Pilar
Secretaria Executiva

Ata aprovada na reunião do plenário do dia 07/12/2000.